



Proposta de prestação de serviços para  
a elaboração da **Estratégia Local de  
Habitação (ELH)** do Município de  
**Moimenta da Beira**

Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-04465 | Fevereiro 2021

## Índice

1. Enquadramento.....	1
2. Objetivos.....	2
3. Metodologia.....	3
4. Prazo e Cronograma.....	9
5. Honorários.....	11
6. Equipa Técnica.....	12
7. SPI.....	17

# 1. Enquadramento

Enquadrado nos objetivos da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), aprovada pela RCM n.º 50-A/2018, de 2 de maio), foi recentemente criado o [1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação](#), que consiste num programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

Este Programa contempla várias soluções (arrendamento, reabilitação, construção e aquisição), sem deixar de destacar a importância da opção da reabilitação do edificado e do arrendamento na resposta a estas necessidades e na promoção da inclusão social e territorial.

Os municípios assumem-se como entidade beneficiária, devendo, porém, para acesso a este Programa, aprovar previamente uma ELH, elaborada de acordo com os princípios estabelecidos. Esta ELH deve suportar-se num [diagnóstico global atualizado das carências habitacionais do território municipal](#), definindo, a partir daqui, a [estratégia local em matéria de habitação](#), e priorizando as [soluções habitacionais a desenvolver no território municipal](#) em que se devem enquadrar todos os pedidos de apoio ao abrigo do Programa, a submeter ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU).

Em suma, como estabelece o referido diploma, “cabe aos municípios agregar, avaliar e gerir todos os pedidos de apoio ao abrigo do 1.º Direito que lhe sejam submetidos em consonância com a estratégia por eles definida para as soluções habitacionais que pretendem ver desenvolvidas no seu território, promovendo as ações necessárias para assegurar a universalidade, a coerência e a equidade no acesso a essas soluções por parte das pessoas e agregados que vivem em condições indignas e em situação de carência financeira”.

Ciente destas necessidades e da intenção do Município de Moimenta da Beira, a Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A. (SPI), considerando a sua experiência, propõe-se apoiar o Município na elaboração da ELH, conforme seguidamente se expõe.

## 2. Objetivos

O presente trabalho tem como **objetivo geral** apoiar o Município de Moimenta da Beira na elaboração da ELH, o instrumento estratégico a que se refere o artigo 30.º do D.L. n.º 37/2018, de 4 de junho, destinado a identificar e priorizar as soluções habitacionais que se pretendem ver desenvolvidas neste território. Para o efeito, será atendido o disposto na Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, que regulamenta este diploma, em termos de conteúdos e procedimentos a ter em consideração na elaboração deste documento, que servirá de suporte aos pedidos à concessão de apoio ao abrigo do programa 1.º Direito.

Complementarmente ao objetivo geral, definem-se os seguintes **objetivos específicos**:

- Análise e diagnóstico atualizado do contexto social no concelho de Moimenta da Beira, com a identificação das dinâmicas e carências habitacionais existentes e das características e número de situações de pessoas e agregados que vivem em condições habitacionais indignas;
- Identificação dos recursos habitacionais disponíveis e caracterização (e.g. dimensão, tipologias, estado de conservação e utilização);
- Definição da estratégia, com identificação das prioridades, objetivos e metas a alcançar, incluindo a demonstração do seu enquadramento nos princípios do programa 1.º Direito;
- Definição do programa de intervenção, com a identificação, programação e priorização de medidas/soluções habitacionais a promover no âmbito da ELH, no período máximo de execução fixado;
- Elaboração de estimativa financeira e orçamental das soluções habitacionais identificadas e enquadramento das potenciais fontes de financiamento;
- Definição do modelo de governação e dos mecanismos de acompanhamento e avaliação.

### 3. Metodologia

A metodologia apresentada é definida tendo em consideração os instrumentos de política de habitação nacionais, com a devida adequação às especificidades locais, assim como a NGPH, que reconhece o importante papel dos municípios na realização do diagnóstico das situações habitacionais indignas existentes e na elaboração das estratégias locais de habitação com o enquadramento de todos os apoios financeiros a conceder nos seus territórios.

Terá por base um processo integrado que visa **conhecer a realidade específica municipal** (diagnóstico), **projetar o futuro desejado** (visão partilhada assente em objetivos estratégicos e operacionais), **planear a intervenção pública** (soluções habitacionais concretas) e **comunicar com os cidadãos** (envolvimento da comunidade).

O trabalho será realizado em estreita e permanente articulação com a Câmara Municipal de Moimenta da Beira e com os atores locais a envolver, sendo organizado em **cinco etapas distintas**, com tarefas específicas, mas interdependentes, que culminarão na ELH de Moimenta da Beira.

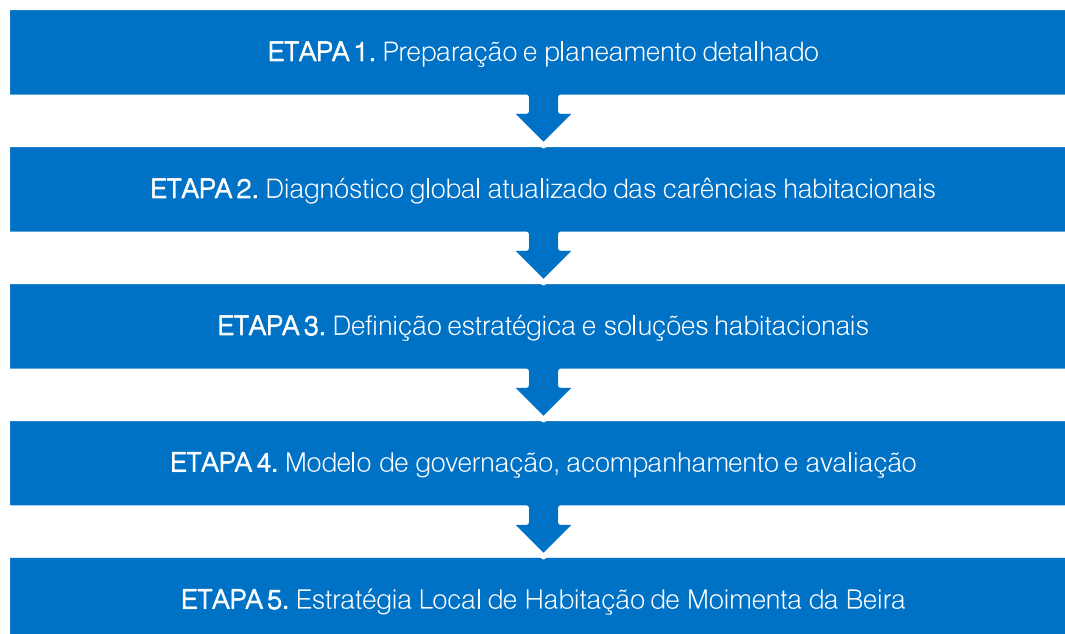


Figura 1. Metodologia de trabalho

Em seguida serão descritas detalhadamente as etapas e tarefas propostas para a execução do trabalho.

ETAPA 1   PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DETALHADO	
TAREFAS	1.1. Reunião de arranque do projeto. 1.2. Definição do grupo de trabalho municipal para acompanhamento do projeto. 1.3. Recolha de informação de base para o desenvolvimento do projeto. 1.4. Desenvolvimento e entrega do R01. Planeamento detalhado do projeto.
RELATÓRIO	R1. Planeamento detalhado do projeto
PRAZO	3 semanas
NOTAS METODOLÓGICAS	<p>A primeira Etapa do projeto, concretizada em estreita articulação com a Câmara Municipal de Moimenta da Beira, corresponde ao trabalho inicial de planeamento fino das tarefas e atividades a desenvolver, definindo prazos concretos e responsabilidades de cada interveniente na execução e cumprimento dos mesmos.</p> <p>Neste sentido, esta Etapa prevê a realização de uma reunião de arranque do projeto que terá como propósito detalhar os objetivos do trabalho, de modo a garantir uma plena adequação da metodologia aos resultados pretendidos pela Câmara Municipal de Moimenta da Beira. Na reunião de arranque será ainda definido o grupo de trabalho municipal para acompanhamento do projeto através da identificação de elementos/representantes técnicos da área social da Câmara Municipal.</p> <p>O grupo de trabalho será responsável pela disponibilização da informação de base para o desenvolvimento do projeto, destacando-se desde já os seguintes documentos: Diagnóstico Social; Listagem de pedidos de habitação à autarquia; Plano Diretor Municipal (PDM) e Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT); estratégias aprovadas ou previstas para as Áreas de Reabilitação Urbana; outros instrumentos/estudos relevantes do Município nesta área.</p>

ETAPA 2   DIAGNÓSTICO GLOBAL ATUALIZADO DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS	
TAREFAS	<p>2.1. Recolha e tratamento de dados quantitativos de caracterização do contexto social de Moimenta da Beira.</p> <p>2.2. Recolha de informação sobre as características e número de situações de pessoas e agregados que vivem em condições habitacionais indignas.</p> <p>2.3. Recolha de informação para o levantamento dos recursos habitacionais disponíveis e o seu estado de conservação e utilização.</p> <p>2.4. Tratamento da informação recolhida e elaboração do diagnóstico global atualizado das carências habitacionais existentes no concelho de Moimenta da Beira.</p>
RELATÓRIO	R2. Diagnóstico global atualizado das carências habitacionais
PRAZO	5 semanas
NOTAS METODOLÓGICAS	<p>Esta Etapa do projeto corresponde ao desenvolvimento do diagnóstico global atualizado das carências habitacionais existentes no concelho de Moimenta da Beira, incluindo uma breve análise e caracterização do contexto social deste território. Para tal, serão identificados os documentos e dados estatísticos mais relevantes para serem analisados, nomeadamente dados relativos à população (envelhecimento, pessoas com incapacidade ou deficiência), emprego (inatividade, desemprego), educação, habitação, saúde, ação social, criminalidade, entre outros que se considerem pertinentes para a análise. Com esta informação será possível ter um quadro de referência sobre as principais necessidades a nível social e dos grupos sociais mais frágeis.</p> <p>No que respeita ao diagnóstico das carências habitacionais, em conjunto com o grupo de trabalho, serão analisadas as características e o número de situações de pessoas e agregados que vivem em condições habitacionais indignas, sendo a disponibilização desta informação da responsabilidade da Câmara Municipal. Deste modo, para a caracterização das condições habitacionais indignas existentes no concelho de Moimenta da Beira serão tidas em conta as seguintes tipologias de situações<sup>1</sup>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Situação de precariedade</u>: engloba as situações de pessoas sem-abrigo bem como os casos de pessoas sem solução habitacional alternativa ao local que usam como residência permanente, quando têm de o desocupar por causa relacionada com a declaração de insolvência de</li> </ul>

<sup>1</sup> De acordo com o artigo 5º do Decreto-Lei n.º37/2018 de 4 de junho que define o conceito de condições indignas.

	<p>elementos do agregado, com situações de violência doméstica, com operações urbanísticas de promoção municipal ou com a não renovação de contrato de arrendamento nos casos de agregados unititulados, agregados que integram pessoas com deficiência ou arrendatários com idade superior a 65 anos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- <u>Situação de insalubridade e insegurança</u>: engloba os casos em que a pessoa ou o agregado vive em local, construído ou não, destituído de condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene ou por ser uma edificação sem condições mínimas de habitabilidade;</li><li>- <u>Situação de sobrelotação</u>: engloba os casos em que da relação entre a composição do agregado e o número de divisões da habitação, esta constitui um espaço de habitação insuficiente, por falta de 2 ou mais divisões, nos termos do conceito espaço de habitação sobrelotado usado pelo Instituto Nacional de Estatística;</li><li>- <u>Situação de inadequação</u>: engloba os casos de incompatibilidade das condições da habitação com as características específicas de pessoas que nele habitam (por exemplo, pessoas com incapacidade ou deficiência), em especial quando a habitação tem barreiras no acesso ao piso em que se situa e/ou as medidas dos vãos e áreas interiores impedem uma circulação e uma utilização ajustadas às características específicas das pessoas que nelas residem.</li></ul> <p>Para além das carências habitacionais, o presente diagnóstico pretende apresentar um levantamento dos recursos habitacionais disponíveis e o seu estado de conservação e utilização (com base nas estratégias/estudos no âmbito da Reabilitação Urbana), identificando as situações de recursos habitacionais públicos ou privados que não cumprem a função social da habitação e que não têm viabilidade de reabilitação. À semelhança da anterior, esta tarefa será desenvolvida em estreita articulação com o grupo de trabalho que será responsável pela disponibilização de toda a informação necessária, nomeadamente o levantamento das carências habitacionais já detetadas e registadas pela autarquia e as situações de carência social.</p>
--	--

ETAPA 3   DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA E SOLUÇÕES HABITACIONAIS	
TAREFAS	<p>3.1. Definição da estratégia: prioridades, objetivos e metas a alcançar.</p> <p>3.2. Identificação das soluções habitacionais.</p> <p>3.3. Programação/calendarização e priorização das soluções habitacionais identificadas.</p> <p>3.4. Enquadramento financeiro e orçamental das soluções habitacionais identificadas.</p> <p>3.5. Enquadramento das soluções habitacionais identificadas em programas de financiamento.</p>
PRAZO	3 semanas
NOTAS METODOLÓGICAS	<p>Tendo por base o diagnóstico desenvolvido, esta Etapa do projeto compreende a definição da estratégia, com enfoque nas prioridades, objetivos e metas a alcançar. Enquadradas na estratégia definida, serão identificadas as soluções habitacionais que o município pretende ver desenvolvidas no seu território dando resposta às carências habitacionais existentes. Deste modo, será realizada uma reunião de trabalho com vista à identificação das soluções habitacionais em função das opções estratégicas do Município ao nível da ocupação do solo e do desenvolvimento do território assim como a sua programação em termos temporais e respetiva priorização.</p> <p>Para além do cronograma de execução das soluções habitacionais identificadas, de acordo com a priorização dos projetos a realizar em articulação com a autarquia, serão apresentadas estimativas preliminares de investimento assim como o seu enquadramento em possíveis fontes de financiamento.</p>

ETAPA 4   MODELO DE GOVERNAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	
TAREFAS	4.1. Definição do modelo de governação, acompanhamento e avaliação da Estratégia Local de Habitação. 4.2. Identificação de mecanismos de apoio ao acompanhamento, monitorização e avaliação dos resultados.
PRAZO	2 semanas
NOTAS METODOLÓGICAS	Nesta Etapa do projeto deverá ser apresentado o modelo de governação e articulação com as outras entidades participantes assim como os mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da Estratégia Local de Habitação. Deverá ser privilegiada a promoção de modalidades efetivas de cooperação entre o município, o sector cooperativo, a rede social municipal e as associações ou organizações de moradores (caso aplicável).

ETAPA 5   ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE MOIMENTA DA BEIRA	
TAREFAS	5.1. Desenvolvimento e entrega do documento referente à Estratégia Local de Habitação de Moimenta da Beira. 5.2. Apresentação e validação da Estratégia Local de Habitação de Moimenta da Beira.
RELATÓRIO	R3. Estratégia Local de Habitação de Moimenta da Beira
PRAZO	7 semanas
NOTAS METODOLÓGICAS	Tendo por base toda a informação recolhida, gerada e sistematizada nas etapas e tarefas anteriores, será preparada a Estratégia Local de Habitação de Moimenta da Beira. Este documento será apresentado e discutido com o Executivo do Município e o Grupo de Trabalho, tendo em vista a recolha de sugestões para o aperfeiçoamento do documento e para o desenvolvimento e entrega da sua versão final.

## 4. Prazo e Cronograma

O prazo de execução previsto para a realização do trabalho é de 3 meses (90 dias), a contar da data de assinatura do contrato, sem prejuízo do decurso dos prazos das indispensáveis aprovações e demais procedimentos legais, de acordo com o seguinte cronograma:

Semanas	Mês 1				Mês 2				Mês 3			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Etapa 1. Planeamento detalhado do projeto</b>												
Tarefa 1.1. Reunião de arranque do projeto	•											
Tarefa 1.2. Definição do grupo de trabalho municipal para acompanhamento do projeto												
Tarefa 1.3. Recolha de informação de base para o desenvolvimento do projeto												
Tarefa 1.4. Desenvolvimento e entrega do R01. Planeamento detalhado do projeto			R1									
<b>Etapa 2. Diagnóstico global atualizado das carências habitacionais</b>												
Tarefa 2.1. Recolha e tratamento de dados quantitativos de caracterização do contexto social de Moimenta da Beira												
Tarefa 2.2. Recolha de informação sobre as características e número de situações de pessoas e agregados que vivem em condições habitacionais indignas							•					
Tarefa 2.3. Recolha de informação para o levantamento dos recursos habitacionais disponíveis e o seu estado de conservação e utilização												
Tarefa 2.4. Tratamento da informação recolhida e elaboração do diagnóstico global atualizado das carências habitacionais existentes no concelho de Moimenta da Beira								R2				



## 5. Honorários

O preço do trabalho é de 15.600 € (quinze mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O pagamento será faseado da seguinte forma:

Entregáveis	Faseamento
Entrega do R1	10% do valor total dos honorários
Entrega do R2	40% do valor total dos honorários
Entrega do R3	50% do valor total dos honorários

Estes valores incluem a realização dos trabalhos descritos, bem como as deslocações de técnicos inerentes à realização dos trabalhos.

O prazo de pagamento das faturas proposto é de 60 dias, após a emissão das mesmas.

## 6. Equipa Técnica

A SPI apresenta uma capacidade consolidada na gestão de projetos complexos que exigem o estabelecimento de relações eficazes com diferentes consultores e organizações.

A concretização do trabalho objeto da presente proposta pressupõe a garantia de uma efetiva capacidade de resposta em todos os domínios do conhecimento envolvidos, bem como a compreensão das interações, dependências e efeitos potenciadores de cada uma das propostas/ações, num quadro de sustentabilidade, compatibilizando e potenciando todos os interesses envolvidos, sejam de natureza pública ou privada.

Nesta medida, os trabalhos serão desenvolvidos por uma equipa técnica multidisciplinar, em função das múltiplas dimensões de análise a considerar, integrando consultores especializados nos seguintes domínios técnicos fundamentais:

- Urbanismo e Planeamento Urbano;
- Arquitetura;
- Ambiente e Paisagismo;
- Habitação;
- Planeamento e Gestão do Território;
- Desenvolvimento Regional;
- Reabilitação urbana;
- Inovação e Competitividade;
- Programas de Financiamento.

Os elementos constituintes da equipa técnica, possuidores de conhecimento aprofundado do território e de vasta experiência em equipas multidisciplinares e trabalhos desta natureza, permitem garantir uma boa coesão de grupo e uma coerência metodológica, fatores essenciais para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

A equipa técnica será coordenada pelo Professor Augusto Medina, que ficará responsável pela coordenação técnica, científica e metodológica dos trabalhos e pela articulação institucional com o Município de Moimenta da Beira.

Seguidamente apresentam-se as sínteses curriculares do coordenador e de alguns membros da equipa de projeto, que assumirão funções de relevo no trabalho.

### Augusto Medina

Augusto Medina é Presidente do Conselho de Administração da SPI, tendo sido o seu fundador em 1996. É responsável por um vasto número de projetos do sector público e privado nas áreas de competitividade empresarial, investigação e desenvolvimento, inovação, formação e empreendedorismo em Portugal, Europa Ocidental, Ásia, África, Estados Unidos e América do Sul.

Augusto Medina foi também Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Diretor fundador da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.

Recebeu vários louvores ao longo da sua carreira: *Chevalier de l'Ordre National du Mérite, République Française*, 1995; *United Biscuits Industrial-Academic Achievement Award*, 1997; Doutor Honoris Causa – *Moscow State Academy of Applied Biotechnology*, 1996. Foi ainda delegado nacional em diferentes programas da Comissão Europeia.

Augusto Medina é doutorado em Engenharia Química pela Universidade de Birmingham.

### Francisco Melo

Francisco Melo é consultor da SPI desde Janeiro de 2014, ao serviço da qual tem desempenhado maioritariamente a sua atividade no domínio do desenvolvimento territorial.

A este nível, destaca-se a prestação de serviços em áreas como a elaboração e implementação de estratégias locais e regionais de desenvolvimento e competitividade, a regeneração urbana, o marketing territorial, o desenvolvimento socioeconómico, a mobilidade e sustentabilidade ambiental, entre outras.

Francisco Melo é licenciado e mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Minho, tendo iniciado a sua carreira profissional como *Information Officer no United Nations Regional Information Centre (UNRIC)* de Bruxelas, e, subseqüentemente, exercido funções de investigador na Universidade do Minho e de consultor freelancer.

#### João Medina

João Medina é consultor da SPI desde 2000, sendo especializado nas áreas do desenvolvimento regional e do fomento da inovação.

Ao longo da sua carreira profissional tem colaborado no desenvolvimento e gestão de projetos para diferentes tipos de instituições, sejam elas do sector privado (Empresas, Associações Empresariais), público (Municípios, Organismos Governamentais, Instituições de Ensino) ou instituições internacionais (União Europeia, Banco Mundial).

João Medina tem uma considerável experiência internacional, destacando-se as atividades realizadas em Angola, no Brasil, na China (onde residiu no decorrer de 2007) e nos Estados Unidos (onde residiu em 2000).

Desde 2013, João Medina é especialista da Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia (DG Regio) na área do desenvolvimento urbano.

João Medina é Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2006), tendo realizado a sua dissertação sobre a temática das Estratégias Regionais de Inovação, área na qual apresentou diferentes artigos e comunicações.

#### João Semblano Almeida

João Semblano Almeida é licenciado em Arquitetura pela Universidade Lusíada do Porto.

Iniciou a sua atividade profissional em 1998, tendo colaborado até 2002 com o gabinete de arquitetura GALP – Gabinete de Urbanismo, Arquitetura e Engenharia, Lda. (José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos) e com o gabinete João Rapação e César Fernandes - Arquitetos, Lda.

Entre 2000 e 2005 desenvolveu atividade como consultor na Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas (ANPME), no apoio à implementação de diversos projetos empresariais, através da elaboração e desenvolvimento de projetos de arquitetura, coordenação de projetos de especialidades e acompanhamento de obras.

Entre 2007 e 2015 integrou a Parque Expo 98, S.A. como consultor, membro da equipa técnica e gestor / chefe de projeto no Departamento de Prospecção e Conceção, tendo desenvolvido projetos de renovação urbana e requalificação ambiental e estratégias urbanas para cidades, que visam a qualificação, o fortalecimento e a competitividade do território em benefício da melhoria das condições de vida das populações, em Portugal e no estrangeiro.

É consultor da SPI desde 2015, em projetos nacionais e internacionais nas áreas da requalificação urbana e ambiental e do ordenamento do território.

### Leonel Ferreira

Leonel Ferreira é licenciado em Arquitetura de Gestão Urbanística pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Realizou o estágio final de curso na Câmara Municipal de Lisboa, subordinado ao tema “A Reconversão do Bairro do Casal Ventoso”.

Iniciou a sua atividade profissional em 1998 no gabinete de arquitetura e urbanismo Troufa Real. Entre 1999 e 2009 colaborou como técnico superior na Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território e na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Integrou os órgãos sociais da Ordem dos Arquitetos entre 2005 e 2010, onde foi também coordenador da formação na área de ordenamento do território e urbanismo.

Entre 2009 e 2013 integrou a Parque Expo 98, S.A. como gestor e coordenador de projetos, com destaque para a Revisão do “Plan Directeur d’Aménagement et d’Urbanisme de la Wilaya d’Alger”, a Estratégia de Reabilitação Urbana para a ARU da Alta de Coimbra (Prémio IHRU 2013) e os Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana para as ARU da Baixa e da Frente Ribeirinha de Coimbra.

É consultor da SPI desde 2013, em projetos nacionais e internacionais nas áreas do planeamento territorial estratégico, da reabilitação urbana e do ordenamento do território, bem como na preparação de planos estratégicos dos municípios para enquadramento do acesso a financiamento comunitário.

### Sofia Cunha

Sofia Cunha é consultora da Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), onde tem estado envolvida em projetos no âmbito do desenvolvimento territorial, reabilitação urbana e requalificação de espaços públicos.

Sofia Cunha é mestre em Arquitetura Paisagista, e realizou nos últimos 4 anos projetos de ordenamento territorial, reabilitação urbana e Arquitetura Paisagista em Câmaras Municipais.

Foi finalista dos Prémios Ibero-Americanos Jovem Arquiteto Paisagista 2013 e Jovem Arquiteto Paisagista 2014. Em 2015, foi selecionada para apresentação de projeto no Le Nôtre Landscape Forum 2015, em Bucareste.

Possui experiência nas áreas do planeamento urbano, reabilitação urbana e projetos de arquitetura paisagista, sendo utilizadora de ferramentas de desenho técnico e visualização tridimensional.

### Susana Figueiredo

Susana Figueiredo é consultora da SPI desde 2008, desenvolvendo trabalho em áreas como a regeneração urbana, o planeamento estratégico e as estratégias regionais de competitividade e de inovação. Desde 2009, é também gestora do Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação da SPI. No âmbito internacional, tem estado envolvida em projetos financiados por instituições internacionais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Comissão Europeia.

Anteriormente desempenhava funções de consultora na área do ambiente, tendo coordenado Estudos de Impacte Ambiental e aconselhado clientes do sector privado. Lecionou também na Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.

Susana Figueiredo é licenciada em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa, e tem um PhD na mesma área académica pela Universidade de Leeds, Reino Unido.

### Vânia Lopes

Vânia Lopes é analista na Sociedade Portuguesa de Inovação, onde realiza projetos relacionados com o planeamento territorial.

Anteriormente exerceu funções relacionadas com a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Turístico, Planos de Negócios e Planos de Marketing.

É mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro e licenciada em Turismo, Território e Patrimónios pela Universidade de Coimbra. A sua formação académica teve lugar igualmente na Universidade de Lodz, na Polónia, no âmbito do programa Erasmus +.

Em 2017 teve a oportunidade de realizar um estágio na Câmara Municipal de Quios, na Grécia, tendo contribuído para o desenvolvimento do Plano Municipal de Turismo. Derivado desta experiência publicou, em 2020, o artigo científico com o tema "A strategy for a sustainable tourism development of the Greek Island of Chios".

## 7. SPI

A SPI tem por objeto a gestão de projetos de fomento da inovação e prestação de serviços a entidades públicas, empresas e outras instituições e organizações, envolvendo consultadoria, formação e realização de estudos e projetos, em diferentes áreas, incluindo, engenharia, arquitetura, planeamento urbanístico e ordenamento do território.

A empresa foi constituída em 1997, e através da sua presença na Europa, América do Norte, Ásia e África, da sua equipa de mais de 70 consultores permanentes de diferentes nacionalidade e áreas de conhecimento, e da sua rede internacional de especialistas, desenvolve as suas atividades numa perspetiva global, respondendo eficazmente às necessidades dos seus clientes nacionais e internacionais: entidades governamentais, incluindo várias agências e ministérios; organizações internacionais tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Comissão Europeia; municípios e associações de municípios; instituições de ensino superior; empresas do sector privado em vários sectores de atividade; associações empresariais nacionais e internacionais.

Presença geográfica dos escritórios e empresas da SPI



A atuação do Grupo SPI estrutura-se em três domínios que lhe permitem disponibilizar um conjunto único de atividades e serviços: Inovação; Ciência e Tecnologia; e Território. Relevam-se algumas das tipologias de projeto para as quais a SPI está particularmente habilitada:

- Planos e programas estratégicos e operacionais do território, municipais, intermunicipais, regionais ou transfronteiriços, e planos de ordenamento, focados na conceção de estratégias de desenvolvimento territorial, programação de intervenções e apoio à sua implementação, tendo em vista a promoção da competitividade territorial e a qualidade de vida das populações e organizações;
- Projetos integrados (masterplan, planos de intervenção e planos de ação) nos domínios da avaliação de oportunidades, do desenvolvimento urbano e turístico, polos industriais, parques de ciência e tecnologia e outros;
- Planeamento estratégico para municípios nas áreas do turismo, ambiente, competitividade, inovação, promoção de parcerias, formação e qualificação de recursos humanos;
- Definição de estratégias para parques de ciência e tecnologia, centros tecnológicos e incubadoras de empresas, incluindo estudos de viabilidade;
- Realização de estudos de mercado, investimento e viabilidade;
- Capacitação do sector empresarial no aproveitamento de recursos naturais, culturais e humanos;
- Caracterização de sectores da indústria, análise da sua posição competitiva, levantamento de perspetivas futuras e definição de planos de ação;
- Identificação de modelos internacionais de boas práticas e avaliação da possibilidade de transferência e implementação desses modelos;
- Realização de estudos sobre iniciativa privada e empreendedorismo;
- Conceção dos instrumentos de programação da reabilitação urbana e de planos operacionais locais no domínio das políticas de habitação, com incidência no realojamento e reconversão de áreas de habitação precária e/ou informal e no desenvolvimento de novas áreas de habitação de promoção pública ou privada;
- Preparação e acompanhamento de candidaturas de projetos a diversas fontes de financiamento.